



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
*Comissão de Coordenação
de Combate à Droga*



NAÇÕES UNIDAS
Escritório contra Drogas e Crime

ESTUDO SOBRE CRIME E CORRUPÇÃO EM CABO VERDE

Editado por: Anna Alvazzi del Frate
Tradução por: José Luís Ramos e Sara Ramos

Esta publicação está também disponível na Internet: www.unodc.org

© UNODC, 2007

Esta publicação pode ser reimprimida livremente, desde que a fonte seja dada a conhecer e uma cópia da publicação ou da reimpressão seja enviada à ONUDC. As opiniões expressas nesta publicação são as dos seus autores e colaboradores e não reflectem necessariamente os pontos de vista da ONUDC.

Imprimido por: Gráfica da Praia

Introdução

Durante várias décadas, têm sido usados inquéritos às populações para recolher informações sobre a situação da criminalidade. Estes inquéritos (inquéritos às vítimas ou da vitimização) enfatizam mais a experiência dos entrevistados do que os crimes oficialmente registados, na crença de que muitos crimes não são denunciados pelos cidadãos às autoridades. Em consequência, a análise das conclusões dos inquéritos pode ajudar a melhorar as capacidades das forças de aplicação da lei, através da identificação dos pontos fortes e fracos nas relações entre a Polícia e o público. Paralelamente aos inquéritos à opinião pública, é importante complementar as informações em considerando as experiências, percepções e expectativas dos agentes da Polícia. Finalmente, os inquéritos ao sector privado e aos funcionários públicos de outros sectores (que não a Polícia) podem fornecer informações acerca das experiências e percepções destes grupos sobre a integridade do País, pela observação da forma como a sua administração trabalha: transparência da burocracia, aplicação dos princípios legais e o oposto de ambos, isto é, corrupção. Na totalidade, foram realizados quatro diferentes inquéritos, com o objectivo de fornecer uma cobertura completa da situação (e respostas a) do crime e da corrupção no País.

Os inquéritos realizados em Cabo Verde foram efectuados de acordo com as metodologias de padrão internacional identificadas pela, e incluídas na, iniciativa da ONUDC “Informações para a África”. O “Inquérito às Vítimas de Crime” (IVC) feito à opinião pública, o “Inquérito ao Crime e à Corrupção no Sector Privado” (ICCSP), e inquéritos modelo para agentes da Polícia e funcionários públicos foram adaptados ao contexto local e implementados no início dos projectos “*Luta contra o Narcotráfico e o Crime Conexo em Cabo Verde*” (CAVE ANTRAF) e “*Reforço do Estado de Direito em Cabo Verde*” (CAVE JIMLOC) em 2006. Os resultados destes quatro inquéritos iniciais serão utilizados como base para monitorizar os resultados de outras iniciativas de assistência técnica a serem implementadas pelos dois projectos. Isto será realizado através da repetição dos quatro inquéritos atrás referidos no momento da conclusão das actividades dos projectos.

Estes inquéritos foram já realizados em vários países do mundo. O inquérito à população foi realizado com a mesma metodologia em sete países da região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), em 2000-04. Foi possível transferir para Cabo Verde a experiência ganha através de inquéritos similares realizados em Moçambique, em 2002, tendo, assim, a vantagem de se poder utilizar os instrumentos e o material de formação já traduzidos em português.

Os objectivos gerais dos inquéritos podem ser sumariados da seguinte forma:

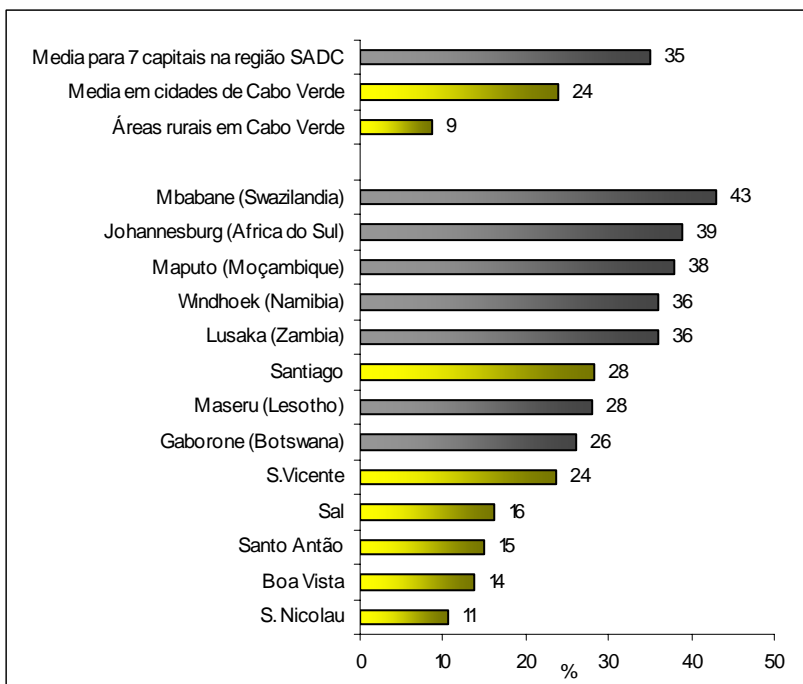
1. *Avaliação da dimensão do crime e da corrupção experimentados pelos cidadãos;*
2. *Avaliação das percepções dos cidadãos acerca da actuação da Polícia, do acesso à justiça, da segurança, e das causas da criminalidade;*
3. *Avaliação das experiências e percepções dos agentes da Polícia acerca da criminalidade e da corrupção, do ambiente e das condições de trabalho;*
4. *Avaliação das experiências e percepções de outros funcionários públicos acerca da corrupção, do ambiente e das condições de trabalho;*
5. *Avaliação da gravidade do crime e da corrupção experimentados pelo sector privado;*
6. *Avaliação das percepções da corrupção e da segurança pelos empresários.*

Os inquéritos de seguimento/monitorização serão conduzidos com a mesma metodologia dos inquéritos-base após a conclusão dos dois projectos. Espera-se que alcancem o resultado de medição do progresso ao longo dos seis objectivos atrás mencionados.

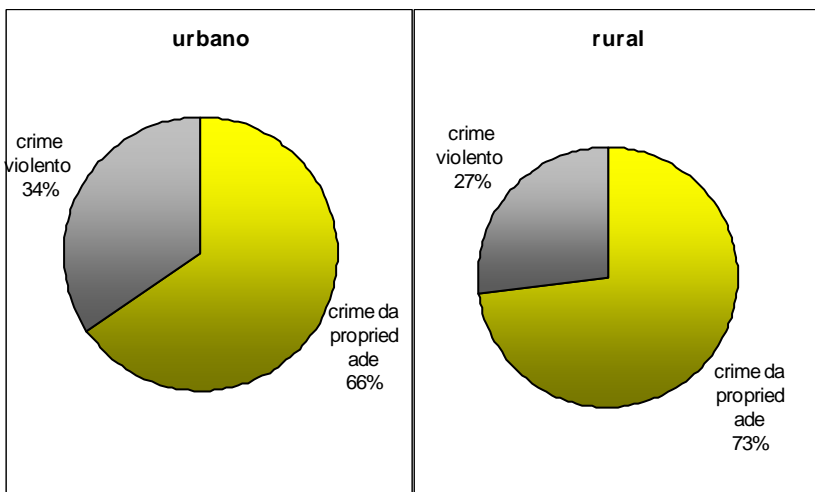
Este relatório contém uma apresentação sintética dos resultados-chave dos quatro inquéritos-base, e, sempre que possível, colocando-os dentro de um contexto internacional mais amplo e identificando as questões no sentido de se efectuar mais de perto o seguimento e a monitorização.

Inquéritos sobre a opinião pública: Vitimização global

A maior parte dos crimes relatados pela população são crimes de propriedade convencionais que não envolvem necessariamente violência. Dependendo das condições sociais, os incidentes mencionados pelos cidadãos aos entrevistadores podem envolver níveis mais ou menos elevados de valor monetário ou de violência. Em muitas ocasiões, o “crime” é percebido como uma intrusão na intimidade e privacidade da pessoa, ocorra em casa, no carro, ou ao passear na rua. Geralmente, o agressor pretende roubar uma propriedade com o objectivo de a utilizar ou vender. O recurso à violência e, por vezes, a utilização de armas, aumenta o trauma experimentado pelas vítimas. Os dados apresentados no gráfico abaixo referem-se a experiências de treze tipos de crimes (ver lista) ocorridos durante o ano precedente ao presente inquérito.



Distribuição do crime da propriedade e do crime violento em áreas urbanas e rurais em Cabo Verde (pelo número de ofensas no ano que precede o inquérito)



1. Roubo de viatura; 2. Roubo de viatura à mão armada; 3. Roubo de acessórios; 4. Vandalismo em viaturas; 5. Roubo de motorizada; 6. Roubo de bicicleta; 7. Roubo de animais; 8.

Invasão ao domicílio; 9. Tentativa de invasão; 10. Roubo; 11. Roubo de bens pessoais; 12. Ofensas sexuais (mulheres); 13. Assaltos/ ameaças. Os dados deste relatório referem-se a percentagens de inquiridos que foram vítimas de crime durante o ano anterior ao inquérito.

Existem grandes diferenças entre áreas urbanas e rurais em relação à vitimização global. A experiência de crime entre os cidadãos das áreas urbanas de Cabo Verde foi três vezes mais frequente do que entre os cidadãos das áreas rurais, onde o crime foi uma ocorrência muito rara. Até mesmo o roubo de gado foi mais frequente nas cidades do que nas áreas rurais. Além disso, o crime violento representou uma percentagem mais elevada do número total de crimes experimentado por residentes em cidades (34%) quando comparado com os residentes de áreas rurais (27%). As ilhas de Cabo Verde aparentam ser de menor risco de crime em comparação com outros países Africanos nos quais foram conduzidos inquéritos semelhantes. Apenas em Santiago os níveis de crime foram semelhantes aos de outras capitais, tais como Maseru (Lesoto) e Gaborone (Botswana). Inquéritos às vítimas utilizando a mesma metodologia e questionário, foram realizados nas capitais/cidades principais de 7 países da África Austral (SADC). O instrumento de investigação utilizado permite a comparação dos resultados das capitais SADC com os da cidade da Praia e principais áreas urbanas. Embora possam haver diferenças em relação ao tamanho das cidades e aos níveis de desenvolvimento dos diferentes países, os dados sugerem que, em geral, o risco de vitimização nas cidades de Cabo Verde (24%) é muito inferior à média observada nas outras cidades Africanas (35%).

Crime violento contra os cidadãos: roubo e agressão

O roubo ou furto com violência foi relativamente frequente nas áreas urbanas de S. Vicente e Santiago. No entanto, aconteceram muito poucos incidentes deste tipo nas áreas rurais. Nestas áreas, o número de agressões, embora bastante baixo, foi ligeiramente mais elevado do que o número de roubos. Em Santo Antão, Sal e S. Vicente, os roubos e agressões foram igualmente frequentes, enquanto que na Praia, a capital, os roubos foram muito mais frequentes do que as agressões simples. Em média, os cidadãos das áreas urbanas de S. Vicente e Santiago correm o mesmo risco de virem a ser vítimas de roubo do que os cidadãos de outras cidades Africanas. Parece haver necessidade de prestar especial atenção à prevenção de crime violento de propriedade nas áreas urbanas de Cabo Verde.

Os dados apresentados no gráfico abaixo referem-se aos incidentes ocorridos no ano anterior ao inquérito.

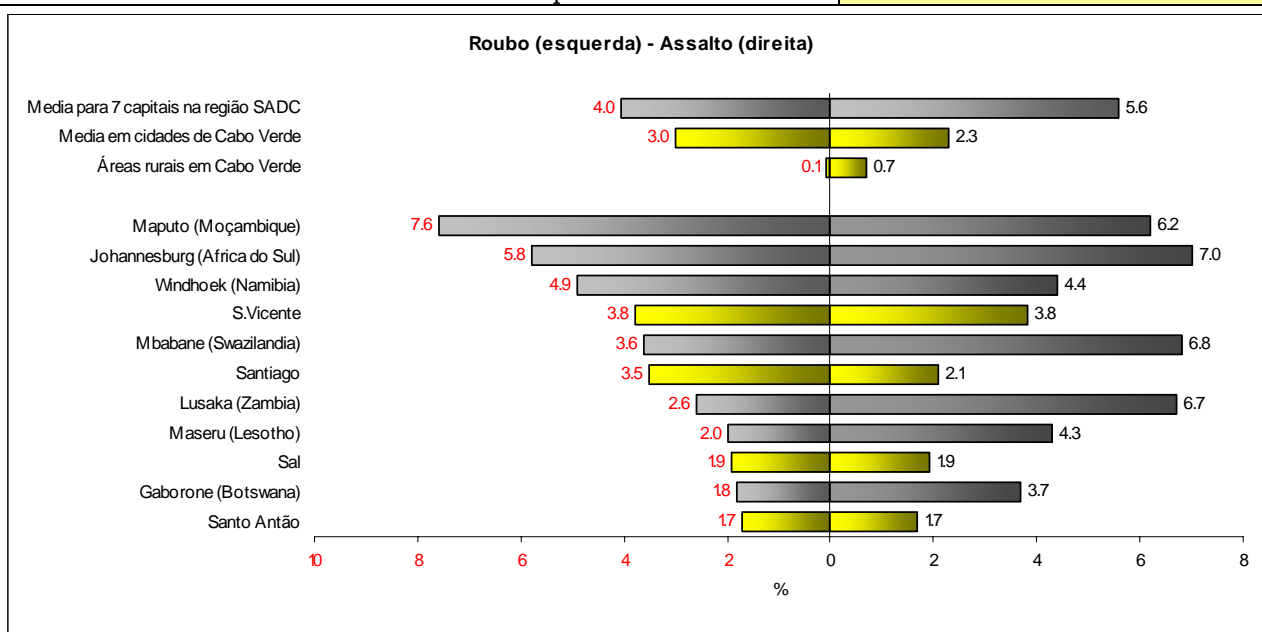
As perguntas:

Roubo:

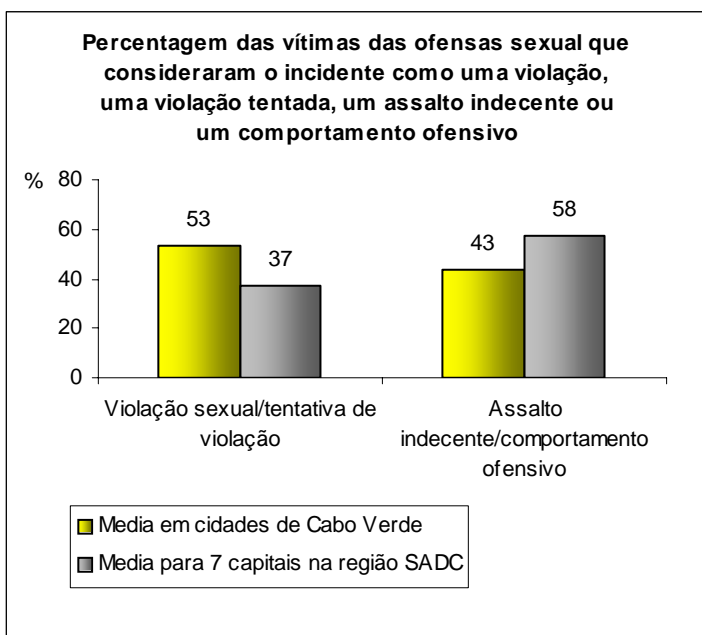
Nos últimos 5 anos, alguém lhe roubou ou tentou roubar-lhe alguma coisa com uso de força ou ameaças? Houve a tentativa?

Agressão/ameaça:

Nos últimos 5 anos foi agredido ou ameaçado por alguém de uma forma que verdadeiramente o/a assustou, em casa, ou noutra local, como num bar, na rua, na escola, num transporte público ou no seu local de trabalho? Quando é que isso aconteceu?



Violência contra as mulheres



O inquérito à população em geral revelou que a violência contra as mulheres é rara em Cabo Verde, havendo mais incidentes registados nas cidades do que nas áreas rurais. Contudo, enquanto que nas áreas urbanas a maioria das vítimas apresentou queixas de formas não muito graves de assédio sexual, o tipo de incidentes reportados pelas vítimas nas áreas rurais foram mais sérios. Em comparação com outras cidades em África, em média, as vítimas em Cabo Verde parecem ter sofrido com mais frequência de ataques sexuais mais graves (violação, tentativa de violação).

A pergunta:

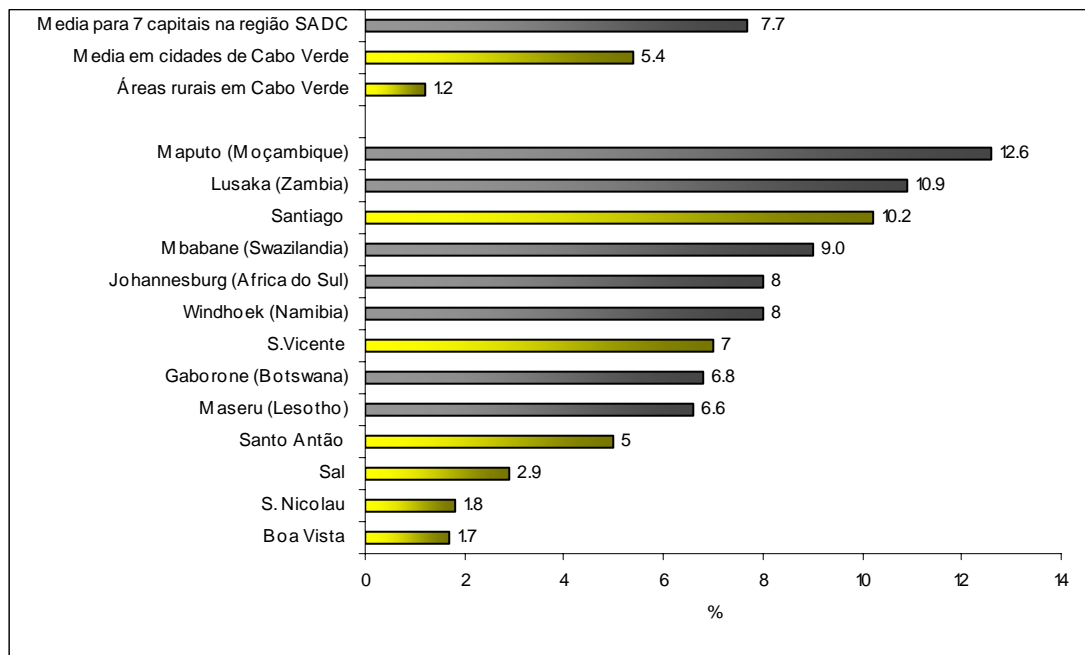
Às vezes, algumas pessoas agarram, tocam ou agredem outras por motivos sexuais de uma forma ofensiva ou provocatória. Nos últimos 5 anos, alguém terá feito isso consigo? Descreveria este incidente como uma violação sexual, uma tentativa de violação sexual, uma agressão sexual ou um comportamento ofensivo?

Crimes de Propriedade contra a população em geral: Invasão (Arrombamento/Roubo)

A invasão de propriedade é um crime relativamente raro em Cabo Verde, em comparação com as 7 cidades capitais da região SADC. Contudo, os níveis de invasão de propriedade observados em Santiago (10%) estão entre os mais elevados em África. Os níveis de invasão de propriedade em São Vicente também se aproximaram da média observada nas outras capitais Africanas. Isto demonstra que a invasão de propriedade é prevalente no contexto urbano, enquanto as áreas rurais parecem ser de risco muito inferior.

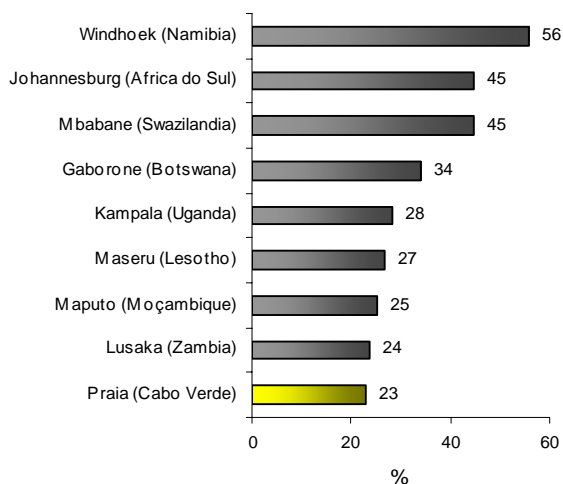
A pergunta:

Nos últimos 5 anos, alguém assaltou ou tentou assaltar a sua casa no intuito de roubar/furtar ou tentar roubar/furtar alguma coisa? Não são incluídos aqui os roubos a garagens, barracas, ou armazéns. Quando é que isto aconteceu? Aconteceu este ano, no ano passado, ou antes disso?

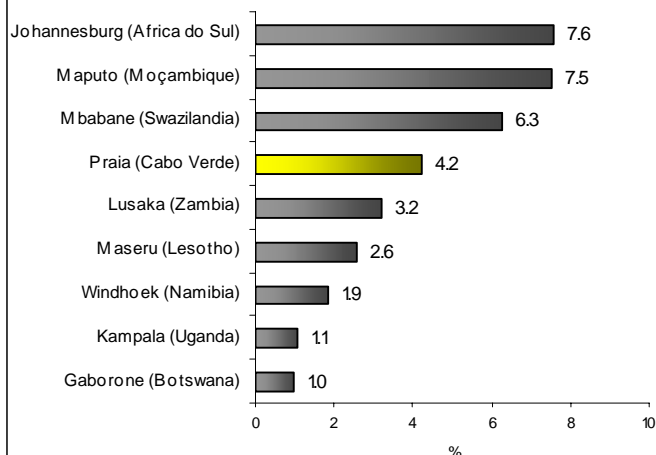


Roubo de viatura

Posse de viatura entre entrevistados

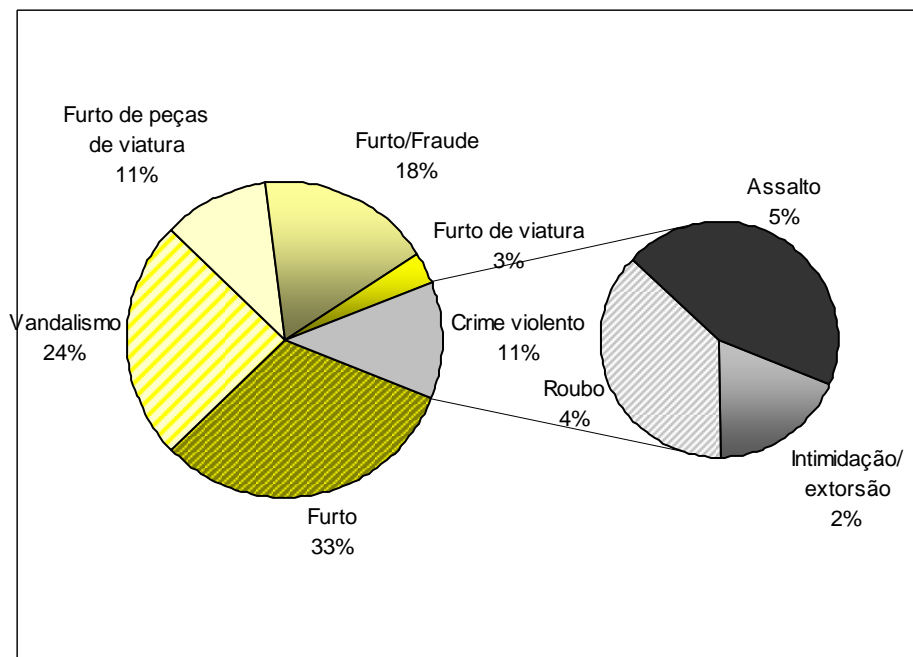


Percentagem dos proprietários que tiveram sua viatura roubada no ano que precede o inquérito



Cabo Verde revelou uma percentagem muito baixa de roubos de viaturas em comparação com os outros países Africanos. Em geral, apenas 14% da amostra de inquiridos eram proprietários de viaturas. A maioria dos inquiridos que tinha carro era da cidade da Praia (23%). Apesar da pequena taxa de proprietários, o roubo de viaturas ocorreu com mais frequência na cidade da Praia do que em várias outras capitais da região SADC. A cidade da Praia foi a quarta, entre as cidades estudadas, com 4% dos proprietários de viaturas a ser vítimas de roubo no ano precedente ao inquérito. Embora o número de casos seja muito pequeno, deve sublinhar-se que muitas das viaturas roubadas nunca foram recuperadas. Tendo em conta que o país é um arquipélago de ilhas relativamente pequenas, isto sugere que os roubos foram levados a cabo por criminosos bem organizados, com capacidade para fazer desaparecer as viaturas.

Crimes contra o sector privado



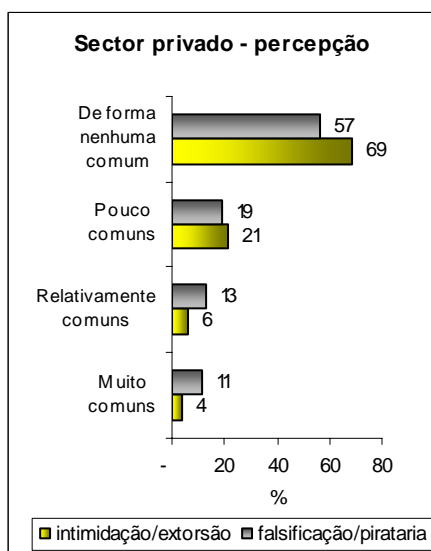
A maior parte dos crimes contra o sector privado foram crimes de propriedade, com os crimes de roubo representando quase metade dos crimes mencionados aos entrevistadores.

Os episódios de vandalismo, seja contra os estabelecimentos privados, viaturas ou equipamentos, representaram quase um quarto das experiências de vitimação relatadas, seguidas de fraude/furto, quer por empregados (10%) ou por terceiros (8%). Onze por

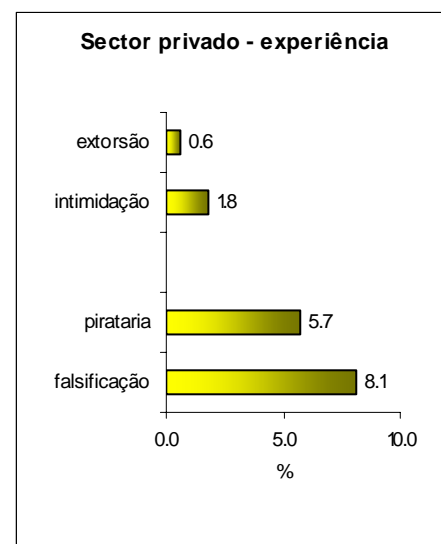
cento dos incidentes foram crimes violentos, sendo a maioria destes relacionados com agressões (5%), e em seguida o roubo (4%). Dois por cento das empresas incluídas na amostra foram vítimas de intimidação ou extorsão.

O total de danos/perdas sofridas pelo sector privado em consequência de crime foi considerado significativo, ou muito significativo, pela maioria das vítimas (54%), Apenas 19% das empresas vítimas de crime foram bem sucedidas na recuperação de, pelo menos, parte das perdas monetárias, ou beneficiou de pagamentos da reparação de danos pelas seguradoras.

Intimidação, extorsão, falsificação, pirataria: percepções e experiências



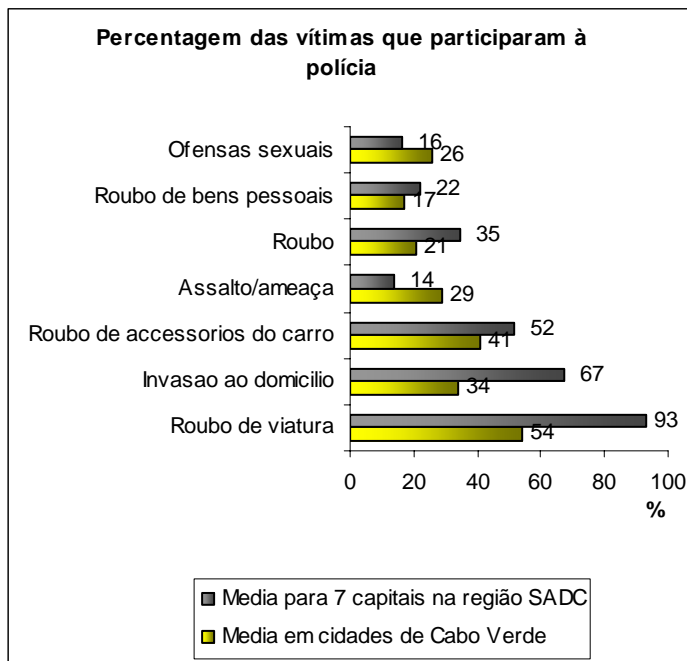
A maioria das empresas inquiridas considerou como relativamente raros, os incidentes de extorsão, intimidação, pirataria e contrafacção em Cabo Verde. Apenas 10% afirmaram que a intimidação e a extorsão seriam frequentes, ou muito frequentes. Na realidade, apenas duas empresas (0.6%) mencionaram ter sofrido de crimes de extorsão e seis (1.8%) de intimidação/ameaças a empregados. Na opinião dos inquiridos, a maior parte dos incidentes estava relacionado com grupos locais de crime organizado. No entanto, não foram utilizadas quaisquer armas em nenhum dos crimes referidos.



A contrafacção e a pirataria foram vistas como muito frequentes ou relativamente frequentes por cerca de um quarto dos inquiridos. A frequência da contrafacção é demonstrada pelo facto de vinte e sete empresas terem mencionado haver sofrido deste tipo de crime (8%), na maioria dos casos, mais do que uma vez no ano anterior ao inquérito. Além disso, mais 6% mencionaram ter sido vítimas de pirataria mais do que uma vez, na maioria dos casos.

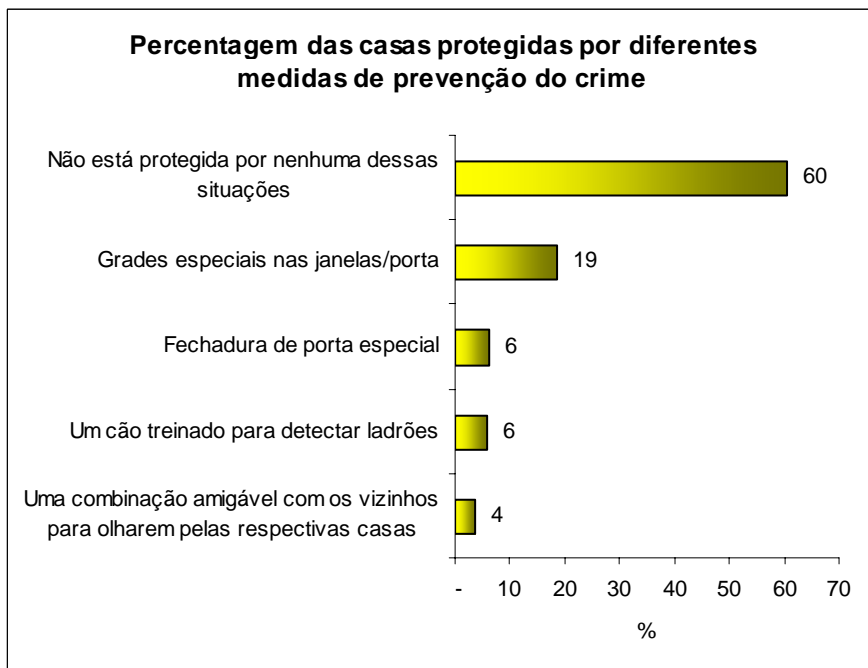
Participação à Polícia

Os cidadãos das áreas urbanas de Cabo Verde mostraram uma propensão baixa para participar os crimes à polícia. Isto aconteceu principalmente com crimes de propriedade, os quais foram participados à polícia muito menos frequentemente do que em outros países Africanos. Em contrapartida, os crimes pessoais/violentos, tais como agressões ou ofensas sexuais foram participadas mais frequentemente do que a média das 7 cidades capitais da região SADC.



A nível internacional, o roubo de um veículo é, geralmente, o crime mais frequentemente participado à polícia. Isto deve-se aos seguros, às matrículas das viaturas e ao elevado valor do objecto roubado. Contudo, em Cabo Verde, apenas metade das vítimas de roubo de viatura participaram o crime à polícia. Entre as razões mencionadas para não ter participado o crime, os inquiridos referiram frequentemente o valor irrisório da perda envolvida, ou o facto de conhecerem o autor do crime. De facto, na maioria dos casos o carro foi eventualmente recuperado. Os resultados mostram que os proprietários que não recuperaram a viatura roubada estavam igualmente distribuídos entre aqueles que participaram o crime à polícia e aqueles que não o fizeram, enquanto que um maior número das vítimas que participou o roubo acabou por recuperar o seu carro.

Medidas de prevenção



Algumas habitações podem estar em maior risco do que outras devido à ausência de medidas de prevenção adequadas. Perguntou-se aos inquiridos se a sua casa ou apartamento estava protegido por algum método de segurança incluído numa lista estandardizada. Tal como foi mencionado anteriormente, um em cada dez dos inquiridos da área urbana de Santiago foi vítima de roubo: uma das razões possíveis para esta elevada percentagem de roubos pode ser a falta de métodos físicos de prevenção apropriados. Sessenta por cento dos inquiridos declararam não

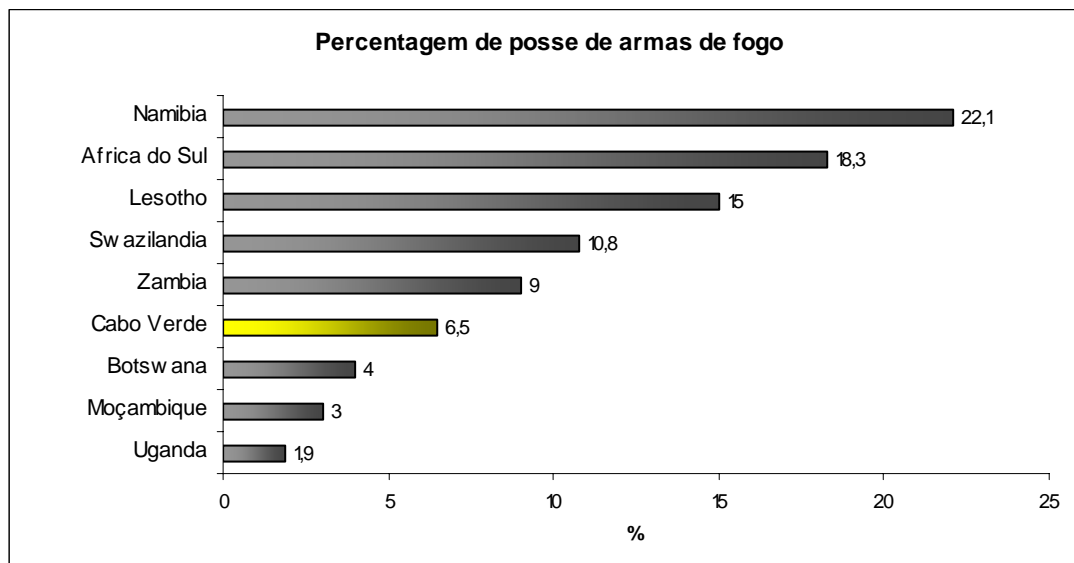
ter tomado quaisquer medidas específicas para proteger a sua habitação contra o roubo. Dezanove por cento de habitações tinham instalado grades nas janelas. Dez por cento dos inquiridos possuíam cães de guarda e a mesma percentagem tinha fechaduras de segurança nas portas. Cerca de 4% dos lares tinham acordado com os vizinhos tomar conta das respectivas casas durante a sua ausência.

População geral: posse de armas de fogo

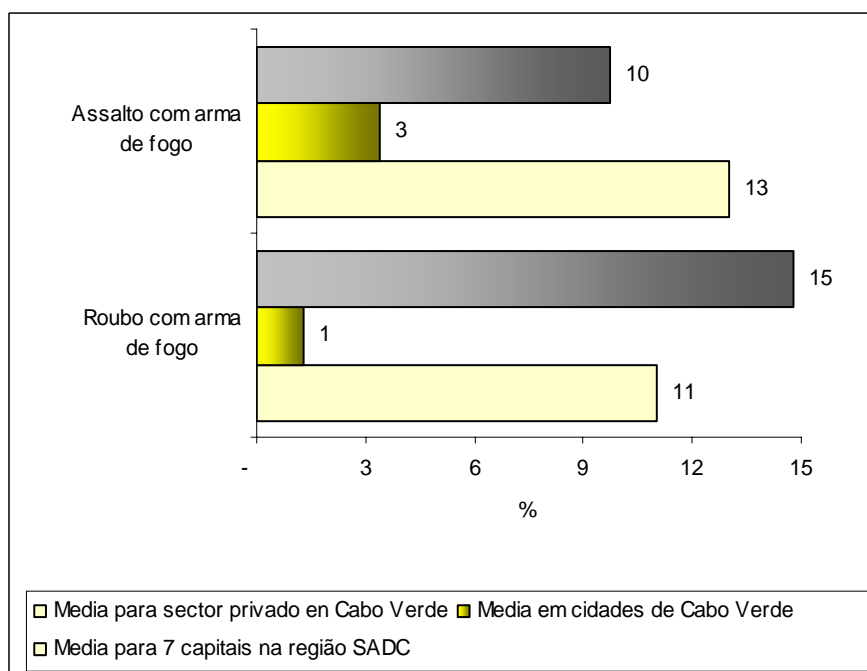
Em média, 6,5% dos inquiridos disseram que possuíam uma arma de fogo. A percentagem de proprietários de armas de fogo mais alta foi na Praia (mais de 10%), onde 50 lares da amostra afirmaram que tinham uma pistola, e vinte e um inquiridos disseram que tiveram que a utilizar para se protegerem de agressores, pelo menos uma vez durante os cinco anos anteriores. Além disso, vinte e seis inquiridos (5%) recusaram responder à questão acerca da posse de armas. Uma vez que a recusa em responder está muitas vezes associada à posse ilegal de armas, isto pode sugerir a existência de um número de armas ainda maior na cidade da Praia. A percentagem de posse de armas está abaixo da média dos países Africanos.

A pergunta:

Você ou alguém do seu agregado familiar tem uma arma de fogo?



Uso de armas de fogo em agressões e roubos contra cidadãos e empresas



Apesar da relativa frequência de roubos contra cidadãos privados nas áreas urbanas de Cabo Verde, apenas em um por cento dos casos foi utilizada uma arma de fogo. Armas de fogo foram também raramente utilizadas em agressões contra indivíduos (3% dos casos). Estas percentagens são muito mais baixas do que a média observada nas principais cidades e capitais da região SADC (10% e 15%, respectivamente). A utilização de armas de fogo foi participada muito mais frequentemente em agressões e roubos contra empresas (11% e 13% dos casos, respectivamente). O inquérito

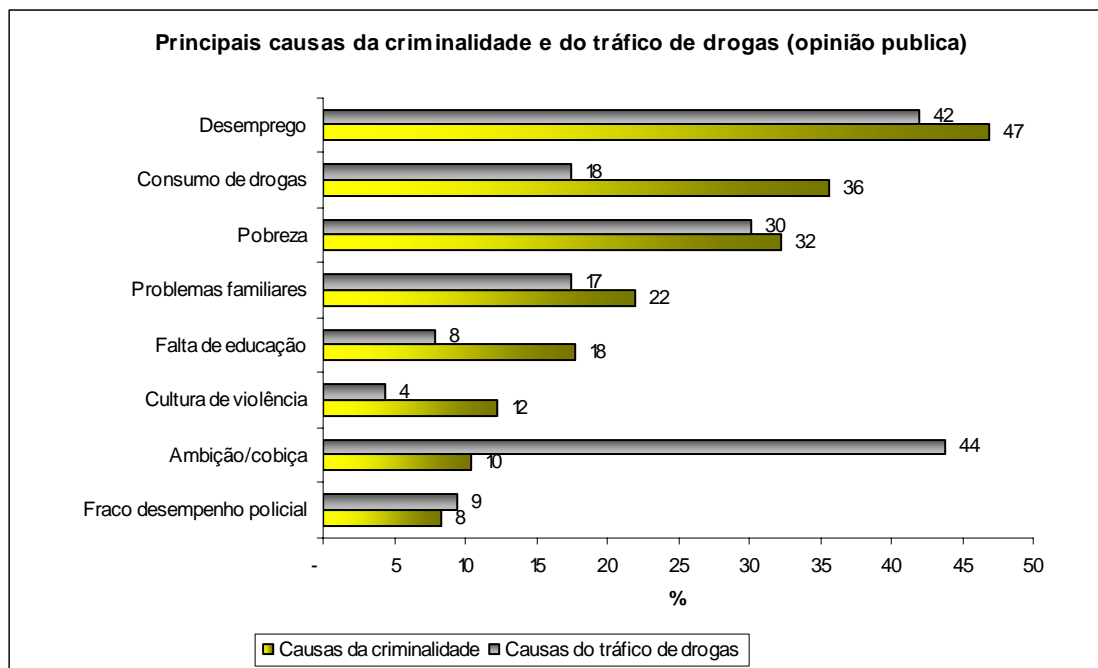
realizado ao sector privado também revelou que as armas de fogo foram utilizadas em cerca de 4% dos casos de roubo.

Causas da criminalidade e do tráfico de drogas: percepções dos cidadãos e da Polícia

Na opinião dos cidadãos inquiridos, o desemprego e a pobreza são as primeiras, entre outras, causas de todos os tipos de crime. No entanto, mais de quarenta por cento considerou que o tráfico de droga era causado por ganância e ambição, o que revela uma clara percepção do perfil dos traficantes. Um terço dos inquiridos considerou o consumo de droga como uma das principais causas de crime.

Tráfico de drogas

Os agentes da polícia entrevistados consideraram o tráfico de drogas como o primeiro, entre os tipos de crime mais frequentes em Cabo Verde. Mais de um quarto dos cidadãos inquiridos (26%) considerou o tráfico de drogas como o tipo de crime mais perigoso do país.



Percepções das Polícia das principais causas da criminalidade

	Ordem das respostas
consumo de drogas	1
desemprego	2
baixo nível educacional	3
pouca severidade com os infractores	4
condições dos bairros (falta de iluminação, acesso difícil, etc.)	5
problemas familiares	6
insucesso/abandono escolar	7
pobreza	8
falta de políticas e programas de prevenção contra o crime	9
ambição/cobiça	10
cultura de violência	11
baixo risco de ser apanhado	12
fraco desempenho policial	13

Os agentes da Polícia revelaram uma opinião ligeiramente diferente do que a da população em geral sobre as causas da criminalidade. Na sua opinião, o consumo de drogas seria uma das principais causas de crime, seguida do desemprego, do baixo nível educacional e da pouca severidade para com os infractores. A pobreza, que foi considerada pelos cidadãos em geral como uma das principais causas da criminalidade, atingiu apenas o oitavo lugar entre as 13 principais causas mencionadas. O problema das drogas encontra-se no topo das preocupações tanto entre os agentes policiais, como entre os cidadãos em geral.

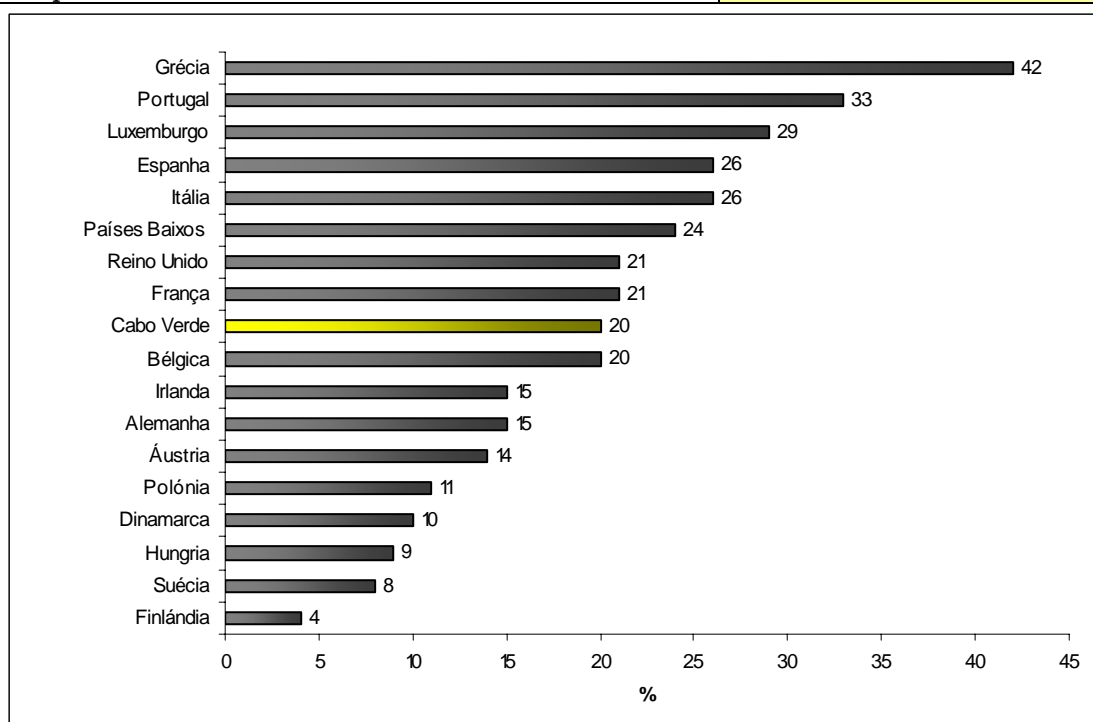
Exposição aos problemas das drogas

O inquérito aos cidadãos perguntou aos entrevistados acerca das suas experiências de problemas relacionados com drogas na sua área de residência. A mesma pergunta foi utilizada na Europa pelo Inquérito Internacional sobre o Crime da União Europeia (EUICS) em 2005. Os incidentes relacionados com a droga descritos na pergunta são muito gerais e não são qualificados enquanto ofensas criminais. As respostas dos inquiridos dependeram das suas opiniões e recordações sobre os eventos relevantes. Em Cabo Verde, um em cada cinco entrevistados relatou incidentes relacionados com a droga no seu bairro. Isto corresponde à média observada em dezassete países Europeus onde o EUICS foi conduzido.

O gráfico abaixo mostra a frequência das respostas “frequentemente” e “ocasionalmente”.

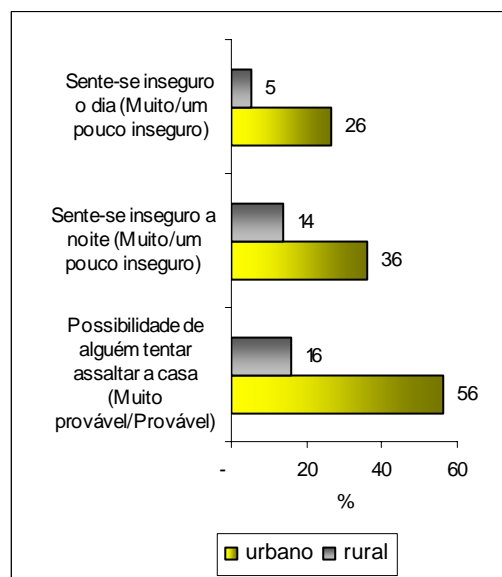
A pergunta:

A pergunta no inquérito usou uma escala de quatro pontos que pediu o seguinte: “Nos últimos 12 meses, quantas vezes presenciou pessoalmente uma situação relacionada com droga na zona em que vive? Por exemplo, viu pessoas a vender drogas, consumir drogas em lugares públicos, plantar padjinha, seringas deixadas por drogados num lugar público? Isto aconteceu frequentemente, ocasionalmente, raramente, ou nunca?”



Insegurança

As diferentes experiências de vitimização estão participadas nas diferentes percepções reportadas pelos cidadãos das áreas rurais e urbanas de Cabo Verde. Os inquiridos das áreas rurais sentiam-se muito mais seguros do que os inquiridos das cidades. A diferença foi muito visível na questão relacionada com a probabilidade de roubo de casas nos doze meses seguintes: a percentagem de inquiridos das áreas rurais que temia o roubo (16%) era muito próxima da percentagem daqueles que se sentiam inseguros durante a noite (14%). Nas áreas urbanas, a maioria dos inquiridos (56%) considerou o roubo como provável ou muito provável, enquanto que apenas um terço se sentia inseguro à noite. Deve salientar-se que um quarto dos inquiridos residentes em áreas urbanas relatou que também se sentia inseguro durante o dia.



Avaliação do trabalho da Polícia

Entre os diferentes grupos de inquiridos houve consenso em considerar que a Polícia de Cabo Verde faz um trabalho razoavelmente bom na prevenção e controlo da criminalidade. A maioria das respostas de cidadãos, empresas e agentes policiais inseria-se nas duas categorias positivas, avaliando o desempenho da Polícia como “muito bom” ou “bom”. Embora se pudesse esperar que os agentes policiais se avaliassem frequentemente como bons ou muito bons (o que aconteceu em 88% dos casos), foi bastante surpreendente observar uma avaliação muito positiva por parte de 63% das empresas inquiridas, com mais de 20% a afirmar que a Polícia faz um trabalho muito bom. Em contrapartida, é de notar que mais de um terço dos cidadãos entrevistados não se mostrou satisfeito: 29% considerou que o desempenho da Polícia era “pobre” e 7% “muito pobre”. Além disso, 14% dos cidadãos não expressou a sua opinião no que se refere ao desempenho policial. Este aspecto deve ser trabalhado de modo a melhorar as relações entre a Polícia e a Comunidade.

As perguntas:

Polícias

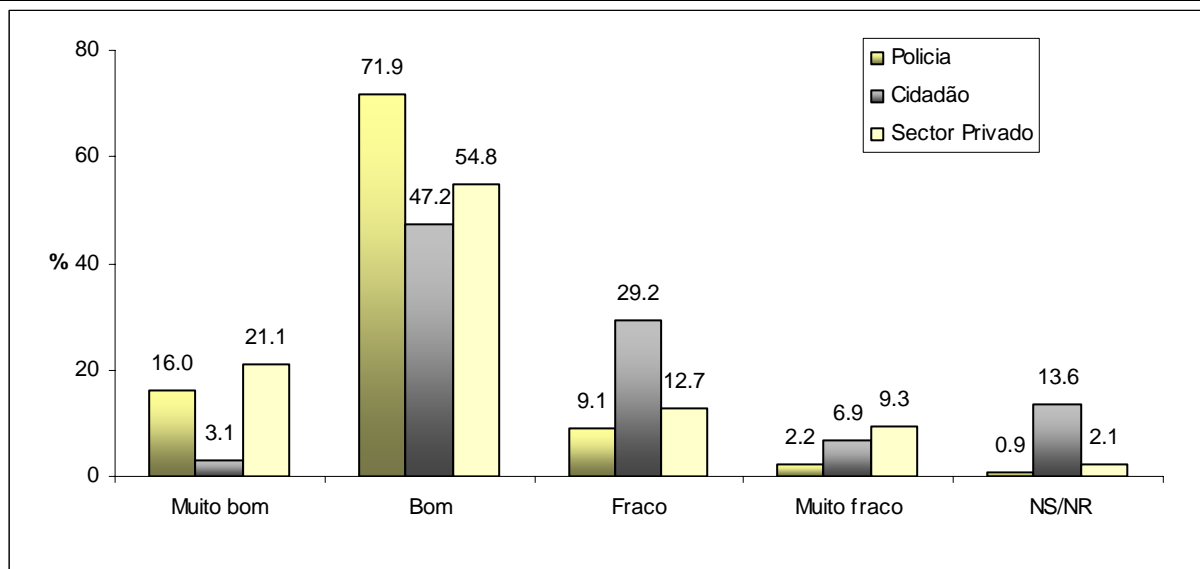
Qual é a sua percepção sobre desempenho global da polícia para a prevenção e combate ao crime?

Opinião pública e sector privado

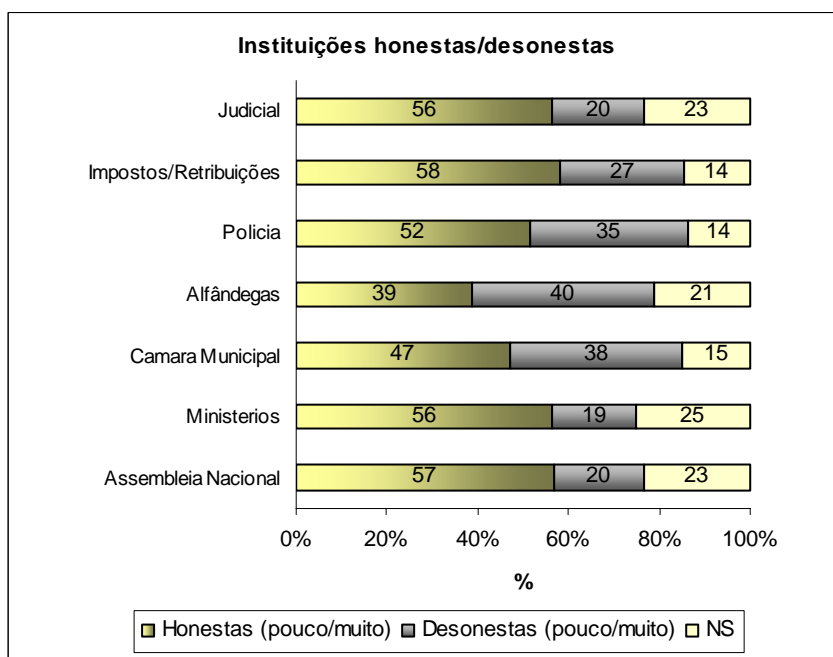
Como é que avalia o trabalho da polícia no controlo do crime na zona/bairro onde mora?

Todos

Acha que eles fazem um trabalho muito bom, razoável, mau ou péssimo?



As percepções do sector privado acerca da honestidade/integridade das instituições



Diga-me, por favor, em sua opinião, até que ponto cada uma destas instituições é honesta/desonesta? São muito honestas, bastante honestas, pouco desonestas ou muito desonestas?

As instituições públicas de Cabo Verde foram avaliadas positivamente pelo sector privado, com a maior parte dos inquiridos a indicarem que consideravam estas instituições como relativamente honestas ou muito honestas. As únicas excepções foram as Alfândegas e as Câmaras Municipais, que receberam menos do que 50% de respostas positivas. Muitos dos inquiridos não forneceram avaliações acerca dos Ministérios, Parlamento e Tribunais.

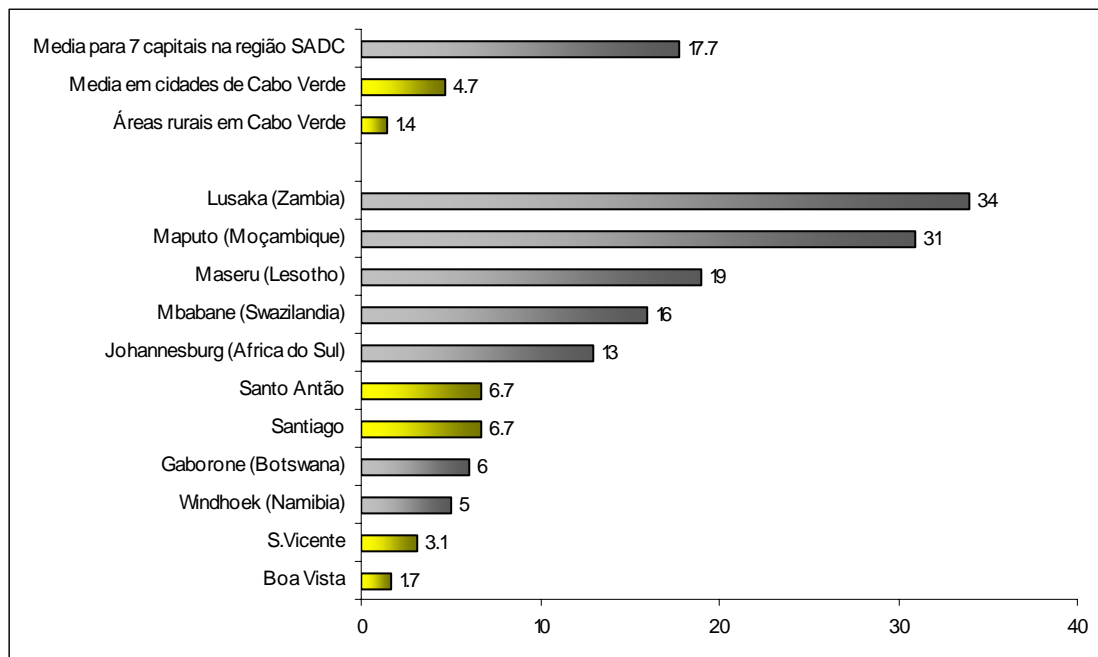
Suborno / corrupção

Em média, foi pedido a aproximadamente 5% dos cidadãos entrevistados nas áreas urbanas de Cabo Verde que pagassem um suborno a um funcionário público. Ainda que esta percentagem seja muito mais baixa do que a média das cidades Africanas, deve notar-se que foi pedido a 8.5% dos inquiridos na cidade da Praia, que fizessem pagamentos extra para obterem serviços que deveriam ter sido fornecidos gratuitamente.

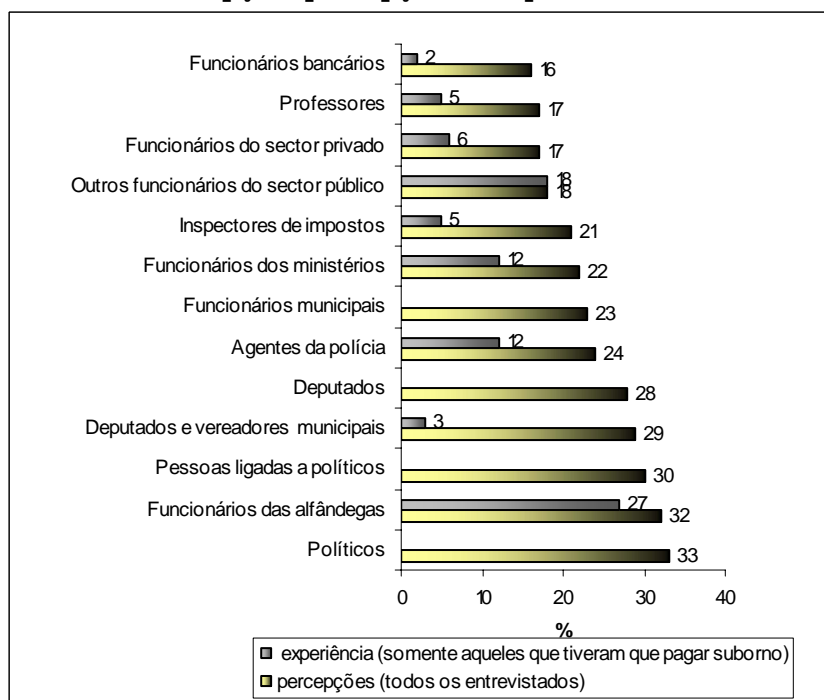
A pergunta:

Em alguns países regista-se um problema grave, que é o da corrupção que se verifica nos funcionários públicos ou governamentais. Durante o ano de 2005, algum funcionário governamental, como, por exemplo, um funcionário dos serviços alfandegários, um agente da polícia ou um fiscal de construção do seu país, lhe pediu ou esperou que pagasse um suborno por serviços prestados?

(Da última vez que isso aconteceu) Que tipo de funcionário estava envolvido?



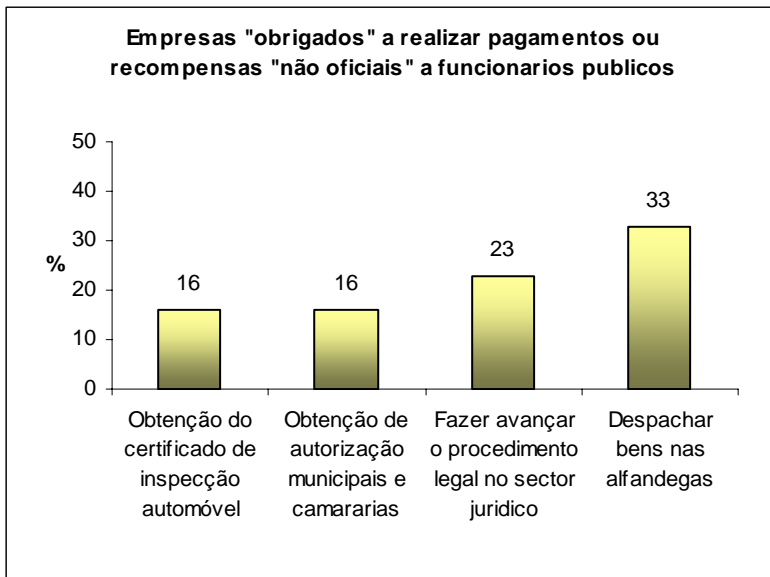
Suborno / corrupção: percepções e experiências dos cidadãos



Os casos de corrupção relatados por cidadãos envolviam frequentemente funcionários das Alfândegas (27% dos casos), seguidos de agentes policiais e outros oficiais do Governo (12% dos casos em cada uma das categorias). Na opinião do público, a aceitação de subornos seria mais provável entre os políticos, seguidos dos funcionários alfandegários e governamentais. Os agentes policiais ficaram apenas em sexto lugar, precedidos pelos representantes eleitos, quer ao nível Municipal, quer ao nível estatal. É claro que o tipo de experiência de suborno / corrupção que pode ser percebido num inquérito estará

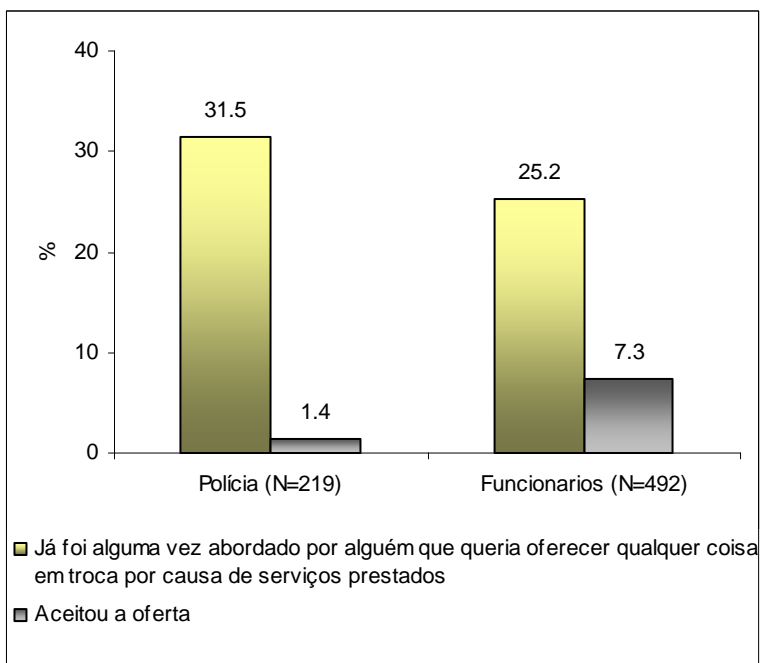
largamente relacionado com a chamada “corrupção de rua”, i. e., casos que geralmente envolvem pequenas quantidades de dinheiro ou presentes.

Corrupção e sector privado: Percepções e experiências



O sector privado em Cabo Verde revelou grandes preocupações com a corrupção, que foi percebida como o segundo maior obstáculo à realização de negócios no país, depois do crime e da insegurança. Contudo, as empresas entrevistadas não consideraram que os pedidos de pagamentos "não oficiais" fossem frequentes dentro das instituições públicas nacionais. As Alfândegas e os Tribunais foram exceções, com um terço e um quarto dos inquiridos a afirmarem que a imposição ou pedidos para a realização de pagamentos ou retribuições não oficiais, relacionados com a execução de serviços, eram mais prováveis por parte destas duas instituições. Todas as outras instituições públicas mencionadas no questionário não foram consideradas pelo sector privado como sendo susceptíveis ao suborno. Na realidade, apenas 5 empresas relataram casos em que lhes tinha sido pedido que pagassem subornos, e em 4 casos isto teve a ver com procedimentos alfandegários.

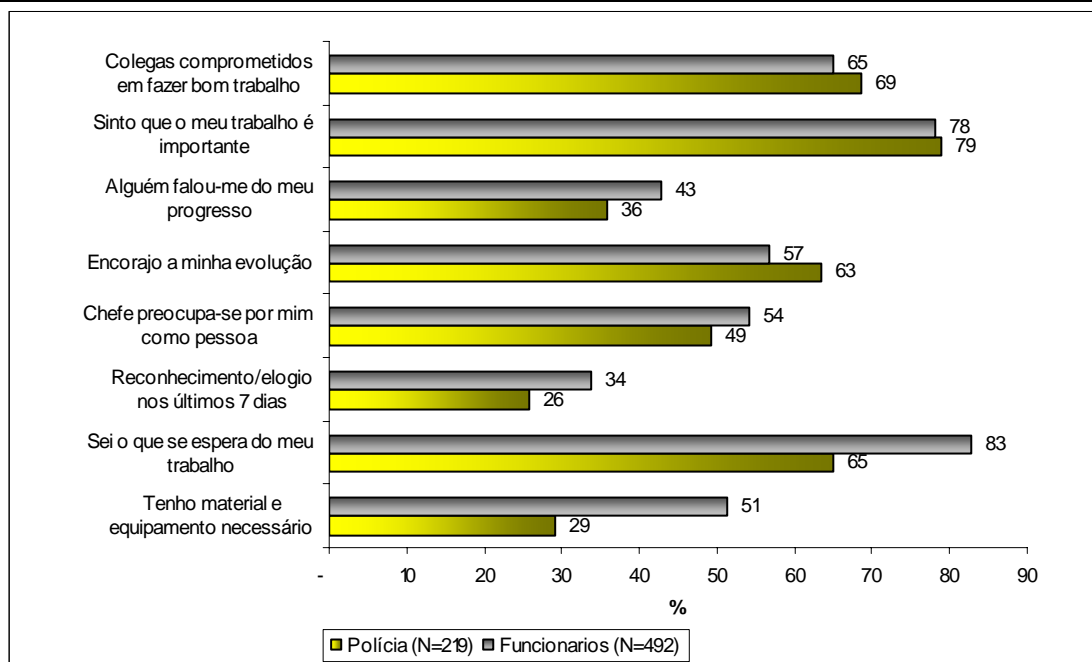
Polícia e funcionários públicos que receberam ofertas de suborno



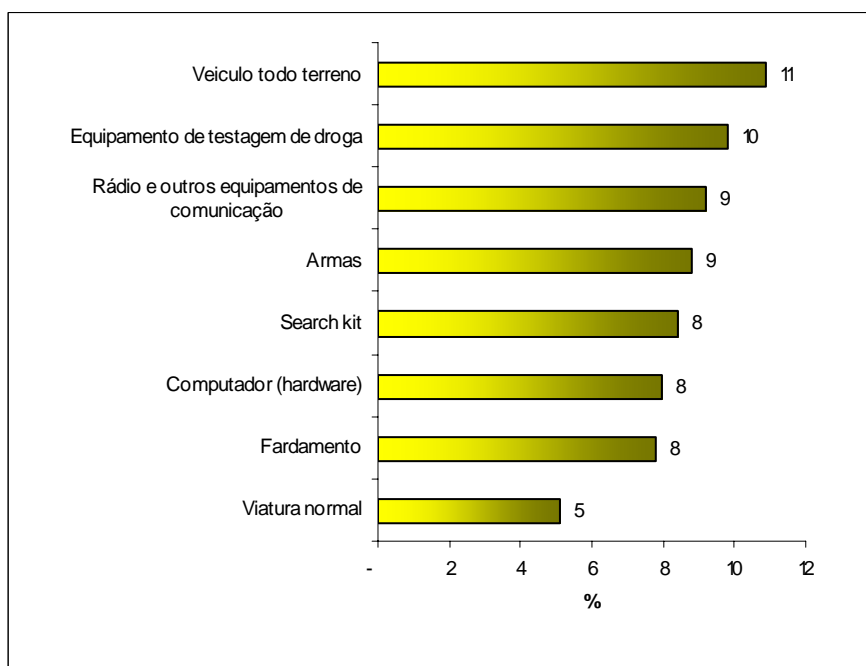
Quase um terço dos agentes da polícia relatou que tinha sido abordado por alguém disposto a pagar dinheiro extra ou oferecer presentes de forma a obter um determinado serviço. Contudo, apenas um por cento dos agentes afirmou ter aceite o suborno. Os funcionários de outras instituições públicas foram abordados com ofertas de suborno menos frequentemente do que a polícia (um em cada quatro). No entanto, mais de sete por cento admitiram ter aceite a oferta.

Atitudes da Polícia e dos funcionários públicos: Ambiente do trabalho

Foi perguntado aos agentes da Polícia e a outros funcionários públicos se concordavam, ou não, com oito afirmações acerca do seu ambiente de trabalho. Estes oito itens estavam relacionados com a satisfação no trabalho e as percepções acerca do ambiente de trabalho. Não se verificaram grandes discrepâncias entre as respostas da Polícia e as dos outros funcionários públicos na maior parte das questões. Ambos os grupos concordaram que “a visão e a missão do departamento faz-me sentir que o meu trabalho é importante” (cerca de 80% concordaram, ou concordaram fortemente com esta afirmação). A maior parte dos funcionários públicos e, em particular, a Polícia, tinham a sensação que as suas equipas mantinham o compromisso de fazer um trabalho de qualidade e que os seus supervisores se preocupavam com eles como pessoas. O *feedback* e elogios eram raros em ambos os grupos, principalmente entre os agentes da Polícia. A afirmação “tenho recebido reconhecimento ou elogios por ter feito um bom trabalho nos últimos 7 dias” teve as percentagens mais baixas de concordância em ambos os grupos. Contudo, a maioria dos inquiridos sentia-se encorajada, por alguém no seu local de trabalho, para se desenvolver. Embora grande parte estivesse convencida de que sabia o que era esperado de si no local de trabalho, isto aconteceu muito menos frequentemente com os agentes da Polícia, que também salientaram a falta de equipamentos para conduzir adequadamente as suas funções.



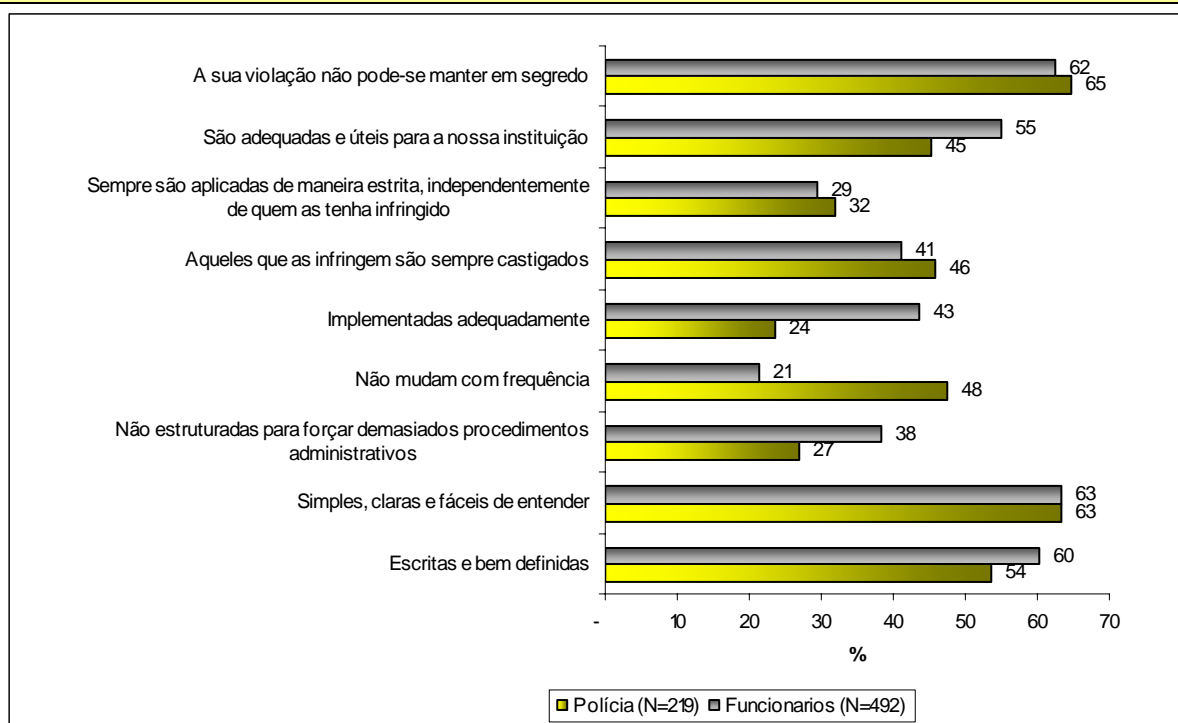
Que tipo de equipamento as polícias necessitam



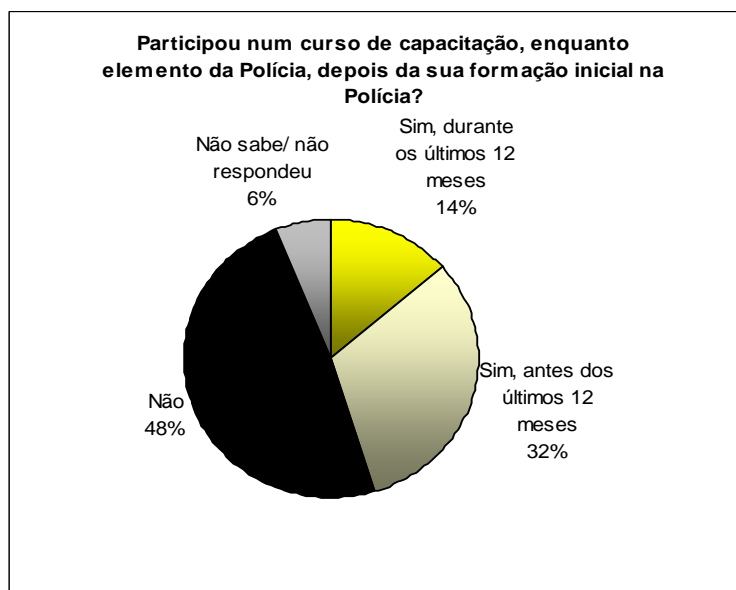
Entre os 14 tipos diferentes de equipamento referidos no questionário, cada um dos agentes da polícia entrevistados referiu – em média – mais do que 5, o que revela um grande interesse em obter mais e melhor equipamento. Os veículos “todo terreno” foram mencionados com maior frequência, seguidos de kits para testes de drogas, rádios e outros equipamentos de comunicação, assim como armas. Kits de buscas foram também mencionados, em conjunto com computadores e fardas.

Atitudes da Polícia e dos funcionários públicos: Regras e regulamentos

Foram apresentadas nove afirmações sobre regras e regulamentos aos agentes da Polícia e funcionários públicos entrevistados. Pediu-se aos inquiridos que revelassem se concordavam ou discordavam com essas afirmações utilizando uma escala de 1 a 5. As afirmações eram todas feitas de forma positiva. O gráfico abaixo mostra as percentagens daqueles que responderam “concordo fortemente” ou “concordo”. Em geral, os dois grupos forneceram uma avaliação semelhante sobre as regras e regulamentos. As principais diferenças foram observadas nas opiniões acerca dos itens “as regras e regulamentos são raramente modificados” (embora isto seja verdade para cerca de metade dos agentes da polícia, apenas um em cada cinco dos outros funcionários públicos concordou com esta afirmação) e “as regras e os regulamentos são adequadamente implementados” (apenas um quarto dos agentes da polícia se revelou satisfeito com a implementação de regras e regulamentos no seu local de trabalho, enquanto que mais de 40% dos restantes funcionários públicos concordou com esta afirmação). Em geral, as regras e regulamentos Cabo-verdianos receberam uma avaliação positiva por parte dos funcionários públicos inquiridos.



Formação das forças policiais



Oitenta por cento dos agentes da polícia entrevistados considerou que tinha recebido formação inicial adequada para desempenhar o seu trabalho, e aproximadamente 50% recebeu formação adicional após ter entrado para a Polícia. Em média, os inquiridos tinham cerca de dez anos de experiência na Polícia. Catorze por cento recebeu formação durante os doze meses anteriores ao inquérito e 32% ainda antes. Os agentes entrevistados mencionaram vários tópicos entre os que tinham sido abordados pelo programa de formação, incluindo drogas e tráfico de drogas, segurança fronteiriça, migração ilegal, tecnologias da informação, utilização de armas, técnicas de investigação, relações com a comunidade e direito e criminologia.

Conclusões

- Quatro inquéritos realizados em Cabo Verde revelam que o crime e a vitimização são relativamente raros em comparação com outros países Africanos. Apenas na Praia os níveis de criminalidade são mais altos do que os observados nas cidades capitais do Botswana (Gaborone) e no Lesoto (Maseru).
- Existe uma diferença significativa entre as áreas rurais e as urbanas, com ocorrência da maior parte dos crimes nestas últimas. Mais ainda, a natureza dos crimes nas zonas urbanas parece ser mais violenta do que os que se verificam nas zonas rurais do país. Deve ser por isso dada uma atenção especial à prevenção de crimes violentos contra a propriedade nas zonas urbanas do país.
- As mulheres não se encontram expostas a altos riscos. Contudo, alguns dos incidentes relatados no inquérito parecem ser muito sérios e não tinham sido denunciados à polícia.
- Os índices de denúncia, com excepção de ofensas sexuais, são muito mais baixos do que em outros países Africanos e encontram-se entre os mais baixos do mundo.
- O sector privado Cabo-verdiano vê o crime e a insegurança como um obstáculo. Os cidadãos de áreas urbanas receiam o crime como uma questão intrusiva na sua vida, dia e noite. A grande maioria espera tornar-se vítima de roubo nos próximos doze meses. As medidas físicas de prevenção e dissuasão são escassas.
- Um em cada cinco cidadãos já esteve exposto a problemas relacionados com drogas no ano anterior. Um quarto dos inquiridos considera o tráfico de drogas como o tipo de crime mais perigoso no seu País. Quarenta por cento acham que o tráfico de drogas tem causas relacionadas com a ambição e a cobiça, enquanto que o consumo de drogas é entendido por um terço dos cidadãos como a causa principal do crime em geral.
- O furto é o mais frequente tipo de crime experimentado pelos cidadãos e pelo sector privado. Os índices de assaltos domésticos nas zonas urbanas de Santiago encontram-se entre os mais altos em África. O sector privado experimenta com muita frequência episódios de vandalismo e fraude.
- Apesar da baixa disponibilidade de veículos automóveis no país, o roubo de carros na Praia ocorre com mais frequência do que em algumas capitais Africanas.
- A maioria dos negócios que já foram vítimas de crime considera os danos ou perdas consequentes como bastante significativos. Contudo, não muitos destes se encontravam segurados.
- O nível de corrupção é mais baixo do que em outros países Africanos.
- Os cidadãos e o sector privado fazem uma avaliação globalmente positiva da Polícia. Contudo, há ainda muito a fazer para melhorar a relação Polícia / comunidade.
- Os agentes da Polícia precisam de mais oportunidades de formação e melhores equipamentos de modo a melhorar a sua satisfação laboral, o que parece poder vir a reflectir-se num melhor desempenho.
- As normas e os regulamentos são entendidos como sendo bem redigidos pelos agentes da Polícia e pelos funcionários públicos.
- A instituição pública considerada como a mais corrupta é as Alfândegas.
- Na percepção do público em geral e dos agentes da Polícia, as principais causas da criminalidade são o desemprego e o consumo de drogas.
- Os funcionários públicos mostram alguma insatisfação com o seu trabalho e possuem um nível razoável de consciência do nepotismo e corrupção na administração pública. A falta de transparência e a possível parcialidade nas promoções e reconhecimentos são vistas como problemas particulares.

Detalhes técnicos:

Inquérito à corrupção: Sector Privado e Funcionários Públicos **Actividades no âmbito do projecto JIMLOC (Anti-corrupção)**

Inquéritos às vítimas de crime e agentes da Polícia **Actividades no âmbito do projecto ANTRAF (luta contra o narcotráfico e o crime organizado)**

ORGANIZAÇÃO INTITUCIONAL

Coordenação/supervisão

- Comissão de Coordenação de Combate à Droga (CCCD) – ENLCDCC
- Comité de Pilotagem

Parceria

- Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (ONUDD) – Programa CAVE-INTECRIN
- Consultor Internacional da ONUDD – Dr. Gregório Firminino
- ONUDD – Doutora Anna Alvazzi Del Frate (DPA/PARB)

Equipa técnica/Trabalho de Campo

- ANTRAF
 - Maria de Lurdes Fernandes Lopes, Demógrafa, Coordenadora dos Estudos
 - Elísio Semedo, Socióloga
 - Elsa Fontes, Socióloga
 - Paulo Veríssimo, Sociólogo, Administrador dos Estudos
 - José Gil Monteiro, Engenheiro, IT
- JIMLOC
 - Afrosondagem: Deolinda Reis, Crisanto Barros, Francisco Rodrigues, José Semedo

METHODOLOGIA

Cobertura geográfica/domínios, população alvo, dimensão da amostra e métodos de entrevista

- Cidadãos Cabo-verdianos (com dezasseis anos de idade ou mais) da ilha de Santiago (zona urbana da Praia e do resto de Santiago) Sal, Boavista, S. Vicente, Santo Antão e São Nicolau – 1.845 entrevistados.
 - Entrevista frente-a-frente com um entrevistado seleccionado numa residência.
- Agentes da Polícia Nacional, Polícia Judiciária e Polícia Marítima dos Comandos da Calheta, Santa Catarina, Santa Cruz, Tarrafal, S. Domingos, São Nicolau, Sal, S. Vicente, Praia, Boavista e Santo Antão – 300 entrevistados.
 - Entrevista frente-a-frente.
 - Questionário aplicado pelos próprios.
- Funcionários públicos das ilhas de Santo Antão, S. Vicente, São Nicolau, Sal, Maio e Santiago – 492 entrevistados.
 - Misto de entrevista frente-a-frente e Questionário aplicado pelos próprios.
- Sector privado da zona urbana da Praia, resto de Santiago, S. Vicente, Sal e Maio – 332 entrevistados.
 - Entrevista frente-a-frente.

Datas do trabalho de campo

Junho/Outubro de 2007